

## Editorial

### "NUESTRA AMÉRICA" E ULTRA-NEOLIBERALISMO: O VIGOR DO EMBATE<sup>1</sup>

Desde o final do século XV, o avanço do capitalismo sobre outros modos de produção da existência humana tem tornado *Nuestra América* (José Martí) palco de lutas por independência, pelo socialismo, constituição de Estados plurinacionais, pelo direito à educação, saúde, moradia, luta pela terra, território e defesa dos modos de vida, luta pelo acesso à água e a tudo o que é ou deveria ser 'comum'. Pressionadas por bloqueios econômicos de cunho imperialista, práticas ancestrais persistem e são recriadas no campo e na cidade, marcadas pela lógica da reprodução ampliada da vida, do valor-comunidade, do trabalho coletivo e autogoverno.

É o que nos indicam os artigos publicados nesse número da TN 46, que intitulamos *Trabalho, história e memória dos povos de Nuestra América*. Nele é possível encontrar resultados de pesquisa que consideram os atuais blocos econômicos e a geopolítica latino-americana e caribenha. Ao mesmo tempo, evidenciam modos de produção da existência, historicamente ameaçados, que se contrapõem ao neocolonialismo e ao fascismo. Queríamos tornar visíveis práticas econômicas e culturais dos povos originários, as pedagogias latino-americanas, as maneiras de fazer educação anticolonial, carregadas de saberes que se tecem em todos os espaços/tempos de produção da vida; trazer à tona os saberes do trabalho e escolares. Não poderiam faltar experiências de poder popular e de autogestão comunal, movimentos de ocupação de terras, fábricas e moradias que perpassam nosso imenso continente. O resultado foi surpreendente: os artigos encomendados e enviados espontaneamente foram de tal ordem que demandaram a feitura de um segundo volume, a ser publicado no primeiro quadrimestre de 2024.

Como falar da América Latina e Caribe, desconsiderando a obra de Florestan Fernandes sobre capitalismo dependente? O capitalismo que Florestan (1981) toma

---

<sup>1</sup> Editorial recebido em 08/12/2023. Aprovado pelos editores em 10/12/2023. Publicado em 11/12/2023. DOI:<https://doi.org/10.22409/tn.v21i45.60815>

como referência para pensar a América Latina, está marcado por mecanismos de *transformação equilibrada* da ordem social inerente à sociedade de classes. Juntamente à expropriação do trabalho, a *democracia burguesa* é essencial ao funcionamento do modo de produção capitalista, operando no controle de suas crises. A legalidade, da qual a democracia faz parte, é criada no seio da relação capitalista de exploração. Considerando a nossa condição capitalista dependente, ela se mostra drasticamente exagerada na operação de um controle legal a favor do capital, que produz uma democracia entre "iguais".

A acumulação do capitalismo na América Latina produz uma autocracia burguesa, conjugando crescimento econômico dependente com miséria e exclusão despóticas, com ataque aos direitos fora dos setores sociais dominantes. Esta burguesia não abre espaço para as demais classes se desenvolverem autonomamente como tais, exercendo uma verdadeira ditadura burguesa permitida pela falsa democracia. O Estado capitalista aparece como fator fundamental para o desenvolvimento da classe burguesa, para a redução das desigualdades na recuperação dos direitos sociais, funcionais também às classes altas e médias no aumento da potencialidade de consumo das massas, e no esfriamento das mobilizações.

Florestan Fernandes (ibid.) destaca que os níveis de exploração somados aos níveis de opressão e de exclusão dos direitos e do acesso ao poder alcançam tamanha proporção que não mais garantem na América Latina a integração, a estabilidade e a transformação equilibrada da ordem social inerente à sociedade de classes. Esclarece que não se trata de limitar-nos a uma defesa da liberdade e da democracia, mas de pôr em evidência que a sociedade de classes engendrada pelo capitalismo na periferia é incompatível com a universalidade dos direitos humanos: ela desemboca em uma democracia restrita e em um estado autocrático burguês, pelos quais a transformação capitalista se completa apenas em benefício de uma reduzida minoria privilegiada e dos interesses estrangeiros com os quais ela se articula institucionalmente.

Como dominantes, a burguesia é tanto mais forte, quanto mais frágeis e desorganizadas forem as demais classes. No entanto, na contradição, tal enfraquecimento também a debilita politicamente. Desta forma, por paradoxal que seja, o que debilitou por um certo período as burguesias latino americanas - reduzindo

sua capacidade de ação econômica e de atuação política - foi a forma como pretenderam fortalecer-se, “excluindo e enfraquecendo os demais protagonistas”. (CARDOSO, 1997, p.7). Superada a crise política do neoliberalismo com o social liberalismo, a América Latina ainda experimenta uma condição servil ao imperialismo norte-americano e ao eurocentrismo europeu, cuja expressão se processou nas eleições de Bolsonaro em 2018 e nas atuais eleições presidenciais na Argentina, onde venceu o ultraliberal Javier Milei, que propôs dolarizar a economia e fechar o Banco Central, colocando-se contrário às pautas climáticas e dos direitos humanos, além de apoiar o bolsonarismo brasileiro. Importante não esquecer da condição da Venezuela, onde Guaidó mantém relações diretas com o governo da Espanha, que relutou em manter diálogo e reconhecer Nicolás Maduro como presidente. O boicote norte-americano a Cuba se mantém fortemente há sessenta anos, constituindo-se em um verdadeiro genocídio.

O Vox, como partido de extrema-direita, criado em 2013 e vencedor das eleições regionais na Espanha em 2023, numa coalizão com o conservador PP, é expressão da aliança imperialista norte-americana no mundo, cujo projeto está na financeirização das economias, na ação predatória sobre recursos naturais na América Latina, e desregulação das ações do mercado pelo Estado. Como herdeiro da ditadura de Franco, o partido assume a xenofobia, o racismo, anticomunismo como discursos e não segue isolado na Europa, onde temos países como Hungria, Polônia, Suécia e Itália, também governados pela extrema-direita. Na França, Marine Le Pen alcançou o segundo turno com 42% dos votos nas eleições presidenciais de 2022, e na Alemanha cresce partidos antidemocráticos como AfD (Alternativa para a Alemanha), que mantém relações diretas com grupos neonazistas.

A extrema direita chegou ao poder no Brasil no governo de Jair Bolsonaro com o apoio internacional, capturando parte da classe trabalhadora com discursos anticomunistas, de defesa da família, e com apoio de grupos neopentecostais, com grande capilaridade entre trabalhadores e trabalhadoras. Na disputa com Lula nas eleições de 2022, Bolsonaro é derrotado, porém seguiu na sociedade seu projeto profascista. A derrota sofrida pelos bolsonaristas nas urnas não liquidou a organização classista da extrema-direita, que realiza ampla pressão na sociedade política para fazer valer o projeto de classe do reacionarismo. Para além da presidência da República, coloca-se no cotidiano das instituições brasileiras as

disputas políticas dirigidas por um capitalismo de ataque frontal ao meio ambiente, sexista, racista e transfóbico, ainda se valendo de apelos que se reivindicam “nacionalistas” e anticomunistas.

A América Latina vive sob a influência histórica do eurocentrismo que define para as Américas um lugar subordinado na divisão social e racial do trabalho, balizada pelo colonialismo. Quijano (2005) irá demonstrar que “o êxito da Europa Ocidental em transformar-se no centro do moderno sistema-mundo, segundo a formulação de Wallerstein, desenvolveu nos europeus um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o etnocentrismo”. (QUIJANO, 2005, p.121).

Em síntese, para os capitalistas, articulados internacionalmente, a reorganização do sistema mundial seria alcançada através de uma maior concentração de riqueza nos países centrais na economia capitalista, em detrimento da periferia do sistema. Isto se daria pela diminuição do Estado, o que se traduz como anulação de conquistas históricas dos trabalhadores, destruição dos sindicatos e das organizações de resistência.

A América Latina é uma região que protagoniza conflitos com largo potencial anticapitalista, apontando a violência do Estado nessa região, com ações neoliberais que fomentaram o surgimento dos chamados novos movimentos sociais e de ações massivas nas ruas, onde cabe referenciar a guerra da água em Cochabamba, na Bolívia (anos 2000), o conflito de Oaxaca no México (2006), La rebelión Pinguina dos estudantes chilenos (2006), os piqueteros na Argentina (desde a década de 1990), as ocupações de terra do MST (1984), no Brasil. E ultimamente, para enfrentar o ‘neocolonialismo verde’, assistimos à retomada da articulação dos povos indígenas dos oito países que compõem a Bacia Hidrográfica da Amazonas: Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Peru, Suriname e Venezuela. No Brasil, pela primeira vez, temos o Ministério dos Povos Indígenas, criado no governo Lula e liderado por uma indígena. Assim, na atualidade, cabe recuperar o potencial contestatório desses movimentos, apesar dos desafios que permitiram que, ainda assim, ocorresse a ascensão da extrema direita em países da região. Frente a isto, só nos resta continuar lutando contra a sociedade produtora de mercadorias, prosseguindo na defesa intransigente para garantir o que é e ao que deveria ser *Comum* à humanidade: os rios, os mares, a terra, o ar... Ou como dizia Antonio

Gramsci, as portas de um mundo novo estão no pessimismo da razão e o otimismo da vontade

Eis aqui a TN 46. A foto da capa é de **Octacílio Barbosa**, que nos deu a honra de ceder a imagem do rosto de um homem que, carinhosamente, apelidamos de *velho-trabalhador-andino*. As linhas de sua face são como uma espécie de geografia da vida; foram muitos caminhos percorridos para chegar até aqui. Outros caminhos virão!

Para organizar este número temático, que se desdobrará em um segundo volume foram convidados pesquisadores e pesquisadoras de três grupos de pesquisa que se articulam: **Ana Elizabeth dos Santos Alves** e **Maria Clara Bueno Fischer** ((Minka – UESB; UFRGS); **Boris Marañón** e **Hilda Caballero** (Instituto de Investigación Económicas/UNAM; **Jesus J. Pérez García** e **Dora Lúcia Marqués** (Cemarna/UPR). Pode parecer “óbvio ululante”, no entanto, é importante ressaltar o quão rico foi, para nós do NEDDATE (UFF), a experiência de conviver, ainda que de forma remota, com dois mexicanos/os, dois cubanos/as e duas companheiras brasileiras, uma gaúcha e uma baiana. Coletivamente, conseguimos construir um grupo de trabalho solidário.

Como costumam dizer os argentinos, *es que somos hermanos!* Também somos *alegres y combativos*, e *sin perder la ternura, jamás!* Para as organizadoras e organizadores, auxiliar técnico, colaboradores e colaboradoras da *Revista Trabalho Necessário* ficam nosso agradecimento e carinho. (A gente volta a se encontrar na TN 47 - segundo volume de *Trabalho, história e memória dos povos de Nuestra América*.)

Um abraço,

Lia Tiriba e Jacqueline Botelho - Editoras da Revista Trabalho Necessário

## Referências

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Capitalismo dependente, autocracia burguesa e revolução social em Florestan Fernandes. **Ideias**: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp. Campinas, 4 (1 / 2): p. 99-114, jan./dez. 1997.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americana. Buenos Aires: CLACSO, 2005